

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.322 - SP (2019/0269491-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO - SP365256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO DE PAIVA CANEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **DIEGO DE PAIVA CANEDO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente, que cumpre pena de 30 (trinta) anos, 03 (três) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão, postulou a concessão de progressão de regime, o que foi indeferido pelo magistrado da execução.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, ao qual foi negado provimento pelo Tribunal estadual, por meio de acórdão assim ementado:

"Agravo em execução - Progressão de regime prisional - Benefício indeferido pelo não preenchimento do requisito subjetivo - Ausência de méritos do sentenciado - Sentenciado que não possui valores éticos e morais necessários ao bom convívio social - Prematura e temerária a concessão dos benefício - Necessidade de que o sentenciado permaneça por mais um período no regime fechado, pois em matéria de execução criminal vigora o princípio '*in dubio pro societate*'.
Decisão mantida Recurso desprovido" (e-STJ, fl. 55).

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que "fica, com todo o respeito, patente que a 6ª Câmara de Direito Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo fundamentou a decisão proferida no tempo de pena que o paciente ainda tem a cumprir e na gravidade dos crimes praticados, ensejando em um nível de maior rigor para a avaliação do condenado, e, portanto, tornando o ora paciente inapto à concessão do benefício" (e-STJ fl. 5)

Afirma "que ao invés de colaborar com o processo de reintegração social do apenado, a prisão não é um consultório de psicanálise e, não sendo o cárcere uma 'terapia', é sabidamente um fator criminógeno que: 1) despersonaliza e coisifica o interno, mediante rituais degradantes diuturnamente impostos (cf. dentre outros, Erving Goffman); 2) impossibilita o desenvolvimento de atividades consideradas lícitas pelo sentenciado, bem como sua qualificação para o exercício de ocupação que proporcione uma vida com o mínimo de dignidade; 3) constitui isolamento forçado que, quanto mais duradouro, mais irá contribuir para a fixação do estigma de 'delinquente' no apenado; 4) condiciona a reincidência, em razão dos inúmeros fatores favoráveis à formação de 'carreiras criminosas', segundo, dentre outros, o criminólogo italiano Massimo Pavarini" (e-STJ, fl. 6).

Requer seja cassado o acórdão do TJSP e concedida a progressão do paciente para o regime semiaberto (e-STJ, fl. 12).

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 64).

Dispensadas informações.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela "manutenção da decisão impugnada" (e-STJ, fls. 67-73).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Ao analisar o agravo em execução manejado pela defesa, o Tribunal estadual confirmou a decisão do magistrado de primeiro grau, que indeferiu ao apenado a progressão de regime, tecendo para tanto os fundamentos a seguir transcritos:

"Realmente, pelo conjunto de fatores levados em consideração na r. decisão recorrida, constata-se que o sentenciado não possui méritos para ser beneficiado.

Ademais, vê-se que o recorrente **possui histórico prisional conturbado, eis que consta, em seu boletim informativo, a prática de três faltas disciplinares de natureza grave, consistentes em abandono de regime semiaberto, evasão e impedimento de vigilância, o que demonstra que o sentenciado ainda não absorveu a terapêutica penal.**

O agravante, assim, cumpre longa pena por diversos furtos qualificados, crime contra o patrimônio que tem gerado grande temor nas pessoas, chegando mesmo, alguns indivíduos, nem sequer saírem de suas casas ao anoitecer.

Como é cediço, para se obter o benefício progressão de regime prisional, é necessário que o reeducando dê seguras mostras - no curso da execução - de que ele pode ser promovido para um regime mais ameno no qual a vigilância é menos rigorosa.

Ressalte-se ainda que, bom comportamento carcerário não se confunde com aptidão ou adaptação do condenado e muito menos serve como fator indicativo de sua readaptação social. Portanto, o deferimento de sua pretensão, nesse momento, é bastante prematura e tal atitude se revelaria temerária, uma vez que representa sério risco à sociedade.

Assim, como em matéria de execução criminal vigora não o princípio *in dubio pro reo*, mas sim *in dubio pro societate*, é necessário que o reeducando permaneça por mais um período no regime fechado" (e-STJ, fls. 53-58).

Como se vê, o Tribunal de origem ratificou o entendimento do Juízo de Primeiro Grau, no sentido de que o apenado não preenche o requisito subjetivo para obter a progressão de regime, tendo em vista o seu histórico prisional conturbado, a prática de faltas graves consistentes em abandono de regime semiaberto, evasão e impedimento de vigilância demonstrando a falta de aptidão à progressão de regime.

Assim, verifica-se que, diante da existência de dúvida concreta acerca do preenchimento do requisito subjetivo, mostra-se correta a conclusão do Tribunal estadual

Superior Tribunal de Justiça

que, prudentemente, decidiu pela permanência do apenado no regime em que se encontra.

Além disso, para se modificar os fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao preenchimento do requisito subjetivo do paciente, mostra-se necessário o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do *habeas corpus*.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"[...]

1. Na espécie, o entendimento do Tribunal a quo encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prática de falta grave impede a concessão da progressão de regime prisional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal.

2. Registre-se que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 463.303/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).

"[...]

1. Inexiste constrangimento ilegal no ponto em que, de forma devidamente fundamentada, foi indeferida ao apenado a progressão de regime, haja vista as peculiaridades do caso, dado o histórico prisional conturbado do apenado - que se evadiu do sistema prisional na última progressão de regime. Não se trata, portanto, de consideração da gravidade abstrata dos crimes cometidos pelo apenado (latrocínio) ou da longa pena ainda por cumprir (cujo término está previsto para 2031), mas do histórico de faltas graves cometidas, o que revela, concretamente, sua inaptidão a cumprir pena em regime mais brando.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 376.984/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

Assim, não há falar em constrangimento ilegal a autorizar a concessão da ordem, de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator